

Governo revisa PIB de 2% para 1,5%

Comportamento dos mercados cambial e financeiro pautam atividade econômica até fim do ano

Fernanda Paraguassu
de Brasília

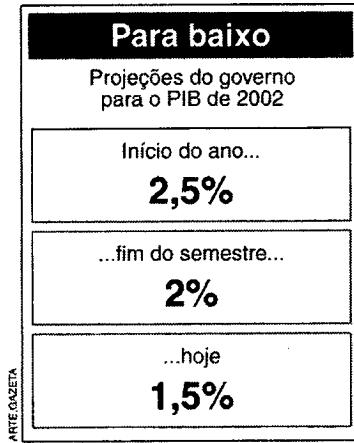
O governo revisou para baixo a projeção de desempenho da economia brasileira e já considera um crescimento de 1,5% do Produto Interno Bruto (PIB) para 2002. A partir de agora, a equipe econômica trabalha com uma faixa de variação para o crescimento do PIB que deverá ficar entre 1,5% e 2% neste ano. Segundo o secretário-adjunto de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Roberto Iglesias, problemas na demanda internacional e doméstica — decorrentes do aumento da aversão ao risco dos investidores estrangeiros e das incertezas internas referentes ao processo eleitoral — levaram o governo a rever os números.

No início do ano, a equipe econômica considerava um crescimento do PIB de 2,5% para 2002, projeção que tinha as exportações como elemento dinâmico. Portanto, o primeiro fator que explica a redução da expectativa para 2002 é o comportamento das vendas brasileiras ao exterior. "O governo confiava que a recuperação da economia mundial e da situação argentina permitisse o aumento das exportações em relação a 2001, o que geraria aumento de renda e emprego na economia brasileira", afirmou Iglesias.

Entretanto, as exportações seguem enfrentando dificuldades. O cenário mundial e a crise argentina não apresentam boas perspectivas. Com isso, espera-se uma queda de cerca de 2% das exportações brasileiras em relação ao ano passado, contra um aumento de algo em torno de 3% previsto anteriormente pelo governo.

De janeiro a julho, as exportações amargaram queda de 7,7% em relação a igual período de 2001, de acordo com dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

Um outro fator que levou à revisão foram as turbulências nos mercados financeiros internacional e doméstico, decorrentes de incertezas relativas à economia mundial e ao processo de eleições internas. Essas turbulências, avaliou o secretário, levam a um aumento de percepção de risco no mercado, o que acarreta uma elevação da taxa de juros de longo



Fonte: Ministério da Fazenda

prazo e aumento da cotação do dólar. "Câmbio e juros afetam a demanda, o que afetou a estimativa de crescimento da economia", disse Iglesias.

A alta da taxa de câmbio deverá produzir efeitos positivos ao estimular as exportações, entretanto, esses efeitos deverão ser amortecidos com o desaquecimento da

demandas globais. A redução e o encarecimento dos financiamentos externos também deverão afetar negativamente as exportações, além de adiar investimentos no País.

Do lado do consumo, a situação do custo de financiamento, destacou Iglesias, influenciou o comportamento das vendas dos bens duráveis, que apresentaram estagnação ou declínio, principalmente automóveis e eletroeletrônicos. A recente decisão do Comitê de Política Monetária (Copom) de reduzir a taxa básica de juros (Selic) deverá compensar, em parte, os efeitos negativos sobre a demanda de bens duráveis, o que será ainda

mais evidente na medida em que as incertezas decorrentes do processo eleitoral se dissipem.

Estresse

O desempenho das vendas de bens não duráveis, beneficiadas pela recuperação do emprego e pelo aumento do crescimento da renda real do consumidor, deverá ser mantido no restante do ano, pois os consumidores de baixa renda estão recebendo o pagamento do FGTS. Esses recursos também poderão ser direcionados para abater dívidas e, em consequência, diminuir a inadimplência e ajudar a aumentar o crédito no comércio.

O estresse nos mercados cambial e financeiro vão pautar as perspectivas da atividade econômica no segundo semestre. Mantidos esses fenômenos até outubro, o investimento e o consumo de duráveis deverão crescer pouco em relação a 2001. A retomada lenta da economia dos Estados Unidos deverá frear o crescimento das exportações brasileiras. "A questão chave para a reversão do quadro de instabilidade é a redução das incertezas em relação à política macroeconômica do futuro governo", disse Iglesias. E isso, acrescentou, dependerá do comprometimento com a manutenção da austeridade fiscal e do controle da inflação.